

# A questão financeira é uma questão política

The funding issue is a political problem

**Resenha do livro:** TORRES, Lucas P. M. **Estratégias de uma esquerda armada:** militância, assaltos e finanças do PCBR na década de 1980. Salvador: EDUFBA, 2017.

**Palavras-chave:** PCBR; esquerda; redemocratização.

**Keywords:** PCBR; left; re-democratization.

**Francisco Macedo\***

FRUTO DE DISSERTAÇÃO defendida na Universidade Federal da Bahia em 2013, o livro de Lucas Torres se soma ao significativo conjunto de trabalhos de grande qualidade sobre a História do Presente brasileira que, nas últimas décadas, têm sido produzidos nas instituições de pesquisa nacionais, como se pode constatar, por exemplo, no recente balanço bibliográfico realizado por Carlos Fico (cf. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”, *Revista Tempo & Argumento*, v. 9, n. 20, 2017).

Partindo de um fato lembrado frequentemente por muitos como folclore ou anátema na história do Partido dos Trabalhadores (PT) – a tentativa frustrada de assalto a uma agência do Banco do Brasil em Salvador, no ano de 1986, por militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) filiados ao PT –, Torres apresenta-nos uma cuidadosa investigação que levanta instigantes reflexões sobre alguns dos temas mais importantes do período da redemocratização brasileira (a construção do PT, a atuação de organizações marxistas-leninistas dentro e fora do partido, as disputas entre civis e militares no interior do Estado, a permanência de legislações autoritárias e de órgãos de informação e de repressão etc.). Além disso, o livro se mostra repleto de elementos para um significativo diálogo com candentes questões do nosso presente na medida em que se debruça sobre os imperativos financeiros que pesam sobre todas as organizações partidárias e os meios considerados apropriados para obtenção dos recursos necessários à sua manutenção; bem como sobre a construção sociocultural das distinções entre preso “comum” e preso “político”.

---

\* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Instituto Federal de Minas Gerais. Atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia e na *University of the Witwatersrand* (África do Sul). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9757-7652>. E-mail: [francisco.macedo@ifmg.edu.br](mailto:francisco.macedo@ifmg.edu.br).

Investigada pelas polícias Civil e Federal e tendo transitado nas Justiças Comum e Militar, a tentativa de assalto redundou em um processo judicial de cerca de três mil páginas, conjunto heterogêneo de documentos (depoimentos dos presos, peças de acusação e de defesa, cartas pessoais, fotografias, relatórios de órgãos de inteligência e repressão etc.), que se constituiu na principal fonte de Torres. A esse emaranhado documental, com o qual soube lidar com maestria, o autor acrescentou entrevistas, realizadas por ele ou por outros, com envolvidos no caso do assalto e uma ampla análise dos jornais impressos do período para produzir três capítulos escritos de modo organizado, coerente e envolvente. Ingredientes que asseguram uma leitura prazerosa.

No primeiro capítulo, o autor explora traços da vida privada e da militância dos presos, estando esta, na década de 1980, dividida entre o PCBR, o PT e a Central Única dos Trabalhadores. Além das visões de alguns desses personagens sobre como entendiam sua participação em cada uma dessas organizações, somos aqui apresentados a complexas articulações, às vezes repletas de tensões, entre vida privada e militância política.

O segundo capítulo, por sua vez, analisa o trabalho de investigação policial desencadeado a partir da prisão dos militantes e os debates jurídicos que se deram em torno do julgamento daqueles presos. Inicialmente o caso foi marcado por uma disputa sobre quem teria competência jurídica para julgá-lo, a Justiça Militar ou a Comum. A primeira, amparada na investigação da Polícia Federal, buscava condená-los com respaldo na Lei de Segurança Nacional (LSN). Enquanto isso, a Justiça Comum entendia que aquele era um crime que deveria ser analisado somente à luz da legislação penal brasileira. Como evidencia Torres, tal disputa mostrava-se permeada pelo contexto da redemocratização brasileira, marcado por um esforço de muitos civis para limitar os poderes militares e para consolidar a ordem democrática que, com percalços, reestabelecia-se. Os próprios presos não eram indiferentes à mencionada disputa jurídica uma vez que ela era relevante para a definição da condição de presos políticos que eles buscavam atribuir a si próprios, a qual entendiam ser importante para angariar legitimidade social para o ato que praticaram.

Por fim, o terceiro capítulo aborda os efeitos do assalto sobre o Partido dos Trabalhadores, instituição legal e pública à qual os presos envolvidos na tentativa de assalto imediatamente declararam-se filiados, uma vez que eles ocultaram seu pertencimento e lealdade prioritária ao PCBR, agremiação que, na ocasião, operava tanto como tendência do PT quanto como organização clandestina. Preparando-se para disputar as eleições de 1986 e temerosa dos usos políticos negativos que seriam feitos do episódio, a direção do PT procurou condenar pronta e categoricamente uma ação que acontecera a sua revelia. Indo além, ganhou mais ânimo dentro do partido o debate sobre a regulamentação das tendências que operavam em seu interior, processo só concluído no início dos anos 1990.

A tese que permeia o trabalho de Torres é que o assalto de 1986 não era um exemplo de idealismo e imaturidade de quem não compreendia a nova conjuntura do país. Pelo contrário, ele foi parte de uma série de ações armadas de uma organização de esquerda que não as via como o estopim de uma luta revolucionária ou como ocasião privilegiada para a propaganda política, mas as considerava essenciais para obtenção de recursos financeiros necessários ao financiamento da organização em suas atividades junto aos movimentos sociais, no interior do PT e mesmo em novas ações armadas. Vale acrescentar que, para o PCBR, organização

que se fragmentara no começo dos anos 1970 e se reorganizara no final da mesma década, essas diversas frentes de atuação não estavam em contradição. A construção do PT e da CUT bem como o fortalecimento dos movimentos sociais seriam tarefas fundamentais à criação das condições para a revolução brasileira, momento em que uma vanguarda política armada superaria os limites de uma organização como o PT, o qual, nesse meio tempo, serviria como espaço privilegiado para recrutar novos “quadros”.

Mais do que as elaborações teóricas de documentos partidários oficiais e o funcionamento burocrático de uma organização de esquerda disposta à luta armada – aspectos que, por sinal, poderiam ter recebido tratamento mais detido –, o que Torres busca nos oferecer ao longo do livro é uma história “de baixo para cima” por meio da qual podemos nos aproximar de personagens como Jari, um dos presos na tentativa de assalto. Morador de Londrina, onde residia em apenas um cômodo, ele militava no PT e no Sindicato dos Bancários local, vivendo, provavelmente, dos recursos que recebia como militante profissionalizado do PCBR, quantia minguada que complementava com os ganhos auferidos com a atividade de sacoleiro de produtos paraguaios. Assim como fazia com as sacolas, ele não teve dúvidas em tomar a história em suas mãos, as mesmas que segurariam a arma que obteria os recursos para a revolução brasileira e a subsequente ditadura do proletariado.

Certamente o tempo de realização de um mestrado impõe limitações incontornáveis, mesmo aos pesquisadores mais zelosos. Nesse sentido, se há um aspecto no trabalho de Torres em que se pode notar isso, é na discussão teórico-metodológica relativa à distinção entre presos “comuns” e presos “políticos”. Em mais de uma ocasião, esse últimos são entendidos como “criminosos cujo crime tem como finalidade uma causa, que mesmo que controversa, os distingue do bandido comum – aquele cujo crime satisfaz interesses puramente pessoais” (p.120). Para uma pesquisa que, claramente, produz uma história “de baixo para cima”, trata-se de uma definição bastante restritiva, a qual tem sido contestada por importantes investigações no campo da história social nas últimas quatro décadas que vêm procurando enfatizar as dimensões políticas de atos que poderiam ser, a princípio, vistos como crimes “comuns”. Não seria demais apontar, por exemplo, os fecundos caminhos abertos por *Senhores e caçadores*, cuja primeira edição brasileira é de 1987.

Não se deve, contudo, imaginar que Torres seja indiferente às complexidades do debate. Pelo contrário, como já mencionado, em diversas passagens do livro, um dos eixos de análise do autor é, exatamente, a disputa política (envolvendo policiais, juízes, dirigentes partidários, imprensa e os próprios detidos) em torno da definição simbólica da condição de presos “comuns” ou “políticos” dos participantes no assalto. Ao se debruçar sobre os últimos (isto é, o grupo de militantes que se viam como presos políticos), o autor tende, entretanto, a esvaziar a dimensão política que pode, também, estar na ação dos primeiros. Sem dúvida, o ponto que aqui destacamos em nada diminui a qualidade da pesquisa de Torres, a qual já tem, na verdade, elementos valiosos para a formulação de contribuições teórico-metodológicas ao debate que aqui se apontou.

Recebido em 23/12/2019

Aprovado em 08/01/2020